

Guia da

# **CONCILIAÇÃO TRABALHISTA**

**2025**

**4ª edição**



Um guia para buscar um  
acordo em seu processo





# APRESENTAÇÃO

Os **conflitos fazem parte da vida**: no trânsito, nas amizades, no esporte, no trabalho e, até, na família. Quando há divergência de ideias, de interesses, de opiniões ou de comportamentos, o **diálogo é o melhor caminho para uma solução pacífica**.

A **conciliação trabalhista é um método em que os conflitos nas relações de trabalho são resolvidos pelas próprias pessoas envolvidas, com a participação de uma terceira** que, usando técnicas adequadas, promove o diálogo e busca estabelecer acordos para, assim, resolver os processos **de maneira mais rápida e eficaz**.

Este Guia propõe-se, em linguagem simples e informal, a explicar como funciona esse mecanismo de solução das disputas. A **proposta é incentivar a conciliação como mais uma forma de distribuição de justiça**. Nele, você encontrará tudo que precisa saber para conciliar o seu processo. É fácil e rápido!

# O que é conciliação trabalhista ?

Quando uma pessoa entende que alguns de seus direitos trabalhistas foram descumpridos por quem a contratou, e **não se consegue chegar a um acordo sobre essas diferenças**, a lei permite que ela ingresse com uma reclamação na **Justiça do Trabalho**. Também há casos em que a empresa, a empregadora ou o empregador acionam a Justiça do Trabalho que, **além da atribuição de julgar os processos, oferece um espaço para o diálogo e para a construção de uma solução adequada.**

**A conciliação é a busca por uma solução amigável em um conflito trabalhista.**

São milhões de ações recebidas a cada ano, e, **por mais que se invista na celeridade, a solução pode demorar anos**, já que o processo segue um caminho pré-estabelecido pela lei, com prazos e recursos que não podem ser alterados.

EM 2024, O TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DO PROCESSO NA JUSTIÇA DO TRABALHO (1ª INSTÂNCIA, 2ª INSTÂNCIA E TST) FOI DE

**QUASE 3 ANOS**

Fonte: Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST



Dessa forma, a conciliação é uma alternativa que permite solucionar o conflito e dar fim ao processo, por meio de uma solução construída de forma conjunta e com o auxílio de conciliadores e mediadores, de maneira mais rápida e eficaz.

# O acordo é o caminho mais simples e rápido para solucionar questões trabalhistas

## Vara do Trabalho

Ajuizamento da ação

A Justiça do Trabalho recebe quase 3 milhões e meio de processos por ano.

01

## Vara do Trabalho

Sentença do juízo de 1º Grau

Em caso de recurso, seu processo seguirá para a 2ª instância.

02

O tempo médio do ajuizamento até a sentença é de 200 dias.

## Tribunal Regional do Trabalho

Se houver um novo recurso, o processo vai para o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

03

Aqui, o tempo de tramitação pode chegar a 230 dias.

## Tribunal Superior do Trabalho

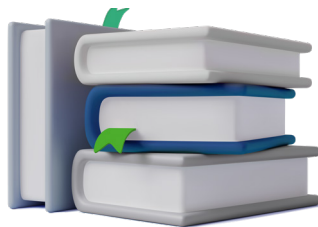
04

No TST, podem ser de pouco mais de 600 dias até chegar a decisão final.

**Um processo trabalhista pode durar, em média, 2 anos. Com a conciliação, a solução pode acontecer no mesmo dia!**

Basta solicitar uma audiência conciliatória em qualquer fase do processo.

# Tá na Lei!



O **artigo 764 da CLT** prevê que os conflitos que estão na Justiça do Trabalho sejam submetidos à **conciliação**.

Art. 764 – Os **dissídios individuais ou coletivos** submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho **serão sempre sujeitos à conciliação**.

§ 1º – Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º – Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º – **É lícito às partes celebrar acordo** que ponha termo ao processo, ainda **mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório**.

Ou seja, a **primeira opção é sempre a solução consensual do conflito**. E a conciliação pode ser feita a qualquer tempo, em qualquer fase do processo!

# 10

## MOTIVOS PARA CONCILIAR

**1 -** O conflito pode ser resolvido de forma mais rápida, encerrando o processo, independentemente da fase em que ele esteja;

**2 -** A solução é construída por quem está diretamente envolvido;

**3 -** Há economia de recursos para todas as pessoas envolvidas;

**4 -** É a solução menos desgastante;

**5 -** Você participa diretamente da negociação dos seus interesses, retomando o seu protagonismo e definindo o seu futuro;

**6 -** Na audiência, você tem a oportunidade de escutar e ser ouvido (a);

**7 -** Reduz a possibilidade de uma sentença desfavorável, uma vez que você participará ativamente da construção da solução;

**8 -** Você aprende a solucionar conflitos futuros de forma mais pacífica;

**9 -** Você participa da construção da decisão e resolve o problema de forma rápida, eficiente e de qualquer lugar;

**10 -** Você troca a incerteza de um resultado desconhecido no futuro pela certeza de uma solução concreta no presente.

# Quem pode solicitar a conciliação?

A conciliação pode ser proposta por qualquer parte envolvida no processo.

## Você sabia?

Mesmo antes de entrar com um processo, é possível solicitar uma audiência de conciliação na Justiça do Trabalho! São as chamadas reclamações pré-processuais.

# Quando posso conciliar?

Uma solução conciliatória pode acontecer em qualquer momento do processo. Basta que uma das partes peça a designação de uma audiência de conciliação.

### **Meu processo está na vara do trabalho. Posso tentar conciliar?**

Sim, é possível tentar um acordo.

### **Meu processo já foi para a segunda instância. Posso conciliar?**

Claro! O TRT responsável fará um agendamento para isso. Basta solicitar.

### **Meu processo subiu para o TST. Ainda posso tentar conciliar?**

Sim, é possível tentar um acordo em qualquer instância.

### **A minha reclamação ainda não virou processo. Consigo conciliar?**

Sim, basta dar início a uma reclamação pré-processual e tentar uma negociação.

### **Meu processo já está em fase de execução. Ainda dá tempo para tentar um acordo?**

Sim, a conciliação também pode acontecer na fase de execução.



## Fique por dentro!

Há dois momentos em que a lei diz ser obrigatório propor a conciliação:

- Após a abertura da audiência.
- Caso as partes não se conciliem, uma nova proposta pode ser feita depois de apresentadas as razões finais.

Mas você não precisa aguardar esses momentos! A qualquer tempo você pode solicitar uma audiência específica para conciliação.

### **PARTES? O QUE É ISSO?**

São as pessoas envolvidas no processo!

**Fica a dica:** na Justiça do Trabalho há um setor especializado em cuidar das conciliações. Você já ouviu falar no **Cejusc**? Esta cartilha traz um tópico específico sobre eles. Não deixe de ler!



# Como funciona a audiência de conciliação?

Nas audiências que não são designadas especificamente para conciliação (audiências unas ou de instrução), a juíza ou o juiz costumam colher as provas, ou seja, escutam as pessoas envolvidas no processo e suas testemunhas. E, com essas informações e os documentos do processo, **proferem a sentença, de acordo com a aplicação e a interpretação da lei.**

Na **audiência própria para conciliação**, surge um espaço para os dois lados dialogarem. Nesse caso, **não há uma pessoa atuando como julgadora, mas sim como conciliadora**, ouvindo as partes interessadas, facilitando a comunicação entre elas, coordenando as negociações e auxiliando-as a encontrarem a melhor solução para o problema.



Além das juízas e dos juízes, há também servidoras e servidores capacitados para atuar nas mediações e nas conciliações. A Justiça do Trabalho oferece todo o suporte necessário para a construção de uma solução justa e adequada para o seu conflito.

## Acionando os Centros de Conciliação!

Todos os Tribunais Regionais do Trabalho e o TST têm **unidades especializadas** em conciliação: são os chamados **Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc-JT)**. Neles são realizadas audiências de conciliação, de forma presencial ou telepresencial, em qualquer fase ou instância do processo.

O pedido para uma audiência de conciliação pode ser feito por telefone, e-mail, balcão virtual, petição no próprio processo e também por formulários disponíveis nas páginas dos Tribunais.

Com os Cejuscs, a solução do seu conflito pode ser mais rápida e simplificada!

E você pode ficar tranquilo, pois o trabalho é realizado por equipes qualificadas para atender com qualidade todos que buscam a conciliação.



## Passo a passo da audiência de conciliação trabalhista:

- As pessoas envolvidas no processo são chamadas a comparecer a uma vara do trabalho ou a um centro de conciliação (Cejusc-JT). **A audiência também pode ser realizada na modalidade telepresencial, inclusive com acesso pelo celular, de maneira fácil, econômica e segura.**
- Iniciada a audiência, os dois lados poderão falar sobre os motivos e as alegações que os trouxeram até ali e contar a sua versão dos fatos.
- Em seguida, o conciliador perguntará se existe a possibilidade de um acordo. A partir desse momento, as partes podem apresentar suas ofertas e pretensões. **Propostas e**

**contrapropostas vão sendo construídas**, enquanto as pessoas envolvidas avaliam se o que está sendo oferecido é interessante e se atinge as expectativas. **Os dois lados vão buscando ajustar os valores e as condições do acordo para, então, decidirem se preferem conciliar ou continuar o processo.**

— **A postura cooperativa, a abertura ao diálogo e a flexibilidade para fazer ajustes nas propostas são elementos muito importantes para que se possa evoluir nas negociações** e, com o auxílio do conciliador, chegar a uma proposta benéfica e interessante para os dois lados.

**Se for firmado o acordo, ótimo! Problema resolvido!** A ação é finalizada, e um documento (termo de acordo) será assinado pela juíza ou juiz e pelas partes.

Se não houver consenso, o processo seguirá o caminho pela via judicial. Pode ser que vá para julgamento, pode ser que vá para elaboração de cálculos, tudo a depender da fase em que se encontrar. No entanto, não se esqueça:

A conciliação ainda é possível: basta solicitar novamente uma audiência.

## Você sabia?

Muitas greves em setores fundamentais são evitadas ou encerradas por meio da conciliação realizada na Justiça do Trabalho. Trata-se de uma atribuição que beneficia toda a sociedade!

## Tudo que você precisa saber sobre a audiência de conciliação:

- Ninguém é obrigado a propor ou a aceitar o acordo. A audiência dá a oportunidade de diálogo e permite que as pessoas ajustem suas posições para chegarem a uma solução.
- Para facilitar o acesso à justiça, **a audiência pode acontecer por meio eletrônico.**
- A empresa ou os empregadores podem ser substituídos por ocupantes de cargos gerenciais ou por qualquer outra pessoa (preposto) que conheça os fatos que são tratados na ação.
- A presença de **representantes da advocacia**, embora não seja obrigatória em alguns casos, **é sempre recomendada**, pois ajudará na orientação profissional adequada.
- Não é necessário levar testemunhas.
- Você não precisa aceitar o acordo se não considerar a proposta razoável. A decisão é somente sua.
- Você **pode fazer perguntas** e tirar todas as dúvidas a respeito da proposta de acordo **durante a conciliação.**
- A juíza ou o juiz **pode não aceitar a proposta** se considerar o acordo ilegal ou inadequado.
- **Não cabe recurso do acordo realizado!** O acordo homologado tem força de decisão judicial.

# #QueroConciliar

Decidiu tentar a conciliação? É uma sábia decisão! Faça contato com a Vara do Trabalho, com o Cejusc do Tribunal Regional ou do Tribunal Superior do Trabalho – dependendo de onde seu processo tramita. Uma audiência de conciliação será marcada e, no dia agendado, as pessoas envolvidas poderão negociar e chegar a um acordo justo para os dois lados!



Aponte a câmera do celular para o QR Code e saiba quais os Cejuscs da sua região.

Tem um processo tramitando na Justiça do Trabalho? Converse com sua advogada ou seu advogado sobre a possibilidade da conciliação! A orientação profissional será importante para que você se informe e fique consciente dessa escolha durante o processo de negociação.

**O acordo põe fim ao processo, concilia vidas, restaura histórias, resgata a esperança e permite recomeçar.**

**E o mais importante: você participa da solução!**



# Cejuscs no Brasil

## **Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro):**

### **CEJUSC de 2º Grau - Rio de Janeiro**

(21) 2380-6780/6728  
cejusc-cap-2@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Campo dos Goytacazes**

(21) 2380-6728/6780  
cnp@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Duque de Caxias**

(21) 2380-6728/6780  
cnp@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Niterói**

(21) 2380-6728/6780  
cejusc-cap-1@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Petrópolis**

(21) 2380-6728/6780  
cnp@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Rio de Janeiro**

(21) 2380-6728/6780  
cejusc-cap-1@trt1.jus.br

### **CEJUSC - Volta Redonda**

(21) 2380-6728/6780  
cnp@trt1.jus.br

## **Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo-SP):**

### **CEJUSC de 2º Grau - CI - São Paulo**

(11) 3150-2269  
cejusc2inst@trt2.jus.br

### **CEJUSC de 2º Grau - CC - São Paulo**

(11) 3150-2000/2025/2023  
cejusc-coletivos@trt2.jus.br

### **CEJUSC - ABC - Santo André**

(11) 3468-7356  
cejuscabc@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Baixada Santista - Santos**

(13) 2102-1210  
cejuscbaixada@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Barueri**

(11) 3468-7217  
cejuscbarueri@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Guarulhos**

(11) 3468-7284  
cejuscguarulhos@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Ruy Barbosa - São Paulo**

(11) 3525-9291  
cejuscruybarbosa@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Zona Leste - São Paulo**

(11) 3738-8807  
cejuscleste@trt2.jus.br

### **CEJUSC - Zona Sul - São Paulo**

(11) 3738-8186  
cejuscsul@trt2.jus.br

## **Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais):**

### **CEJUSC de 2º Grau - Belo Horizonte**

(31) 3228-7095/7097  
cejusc2@trt3.jus.br

### **CEJUSC - Belo Horizonte**

(31) 3228-7156/7031  
cejusc1@trt3.jus.br

### **CEJUSC - Montes Claros**

(38) 3224-7419  
montesclaros@trt3.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul):**

#### **CEJUSC de 2º Grau - Porto Alegre**

(51) 3255-2354 / (51) 99364-9748  
cejusc.2grau@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Caxias do Sul**

(54) 3203-2300 / (54) 98111-9710  
cejusc.caxiasdosul@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Passo Fundo**

(54) 3203-1600 / (54) 99125-4905  
cejusc.passofundo@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Pelotas**

(53) 3310-8200  
cejusc.pelotas@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Porto Alegre**

(51) 3255-2350  
cejusc.1grau@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Rio Grande**

(53) 3931-0500  
cejusc.riogrande@trt4.jus.br

#### **CEJUSC - Santa Maria**

(55) 3220-0406 / (55) 99238-4265  
cejusc.smaria@trt4.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia):**

#### **CEJUSC de 2º Grau - Salvador**

(71) 3319-7790  
cejusc2@trt5.jus.br

#### **CEJUSC - Salvador**

(71) 3284-6187  
cejusc1@trt5.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco):**

#### **CEJUSC de 2º Grau - Recife**

(81) 3225-3460 / (81) 98897-7016  
cejusc.segundograu@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Caruaru**

(81) 99965-7787  
cejusccaru@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Goiana**

(81) 3232-4763  
cejuscgoiana@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Jaboatão dos**

**Guararapes**  
(81) 3454-7952 / (81) 98773-4980  
cejuscjaboatao@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Olinda**

(81) 98773-4983 / (81) 3429-0381  
cejuscolinda@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Paulista**

(81) 3225-3460 / (81) 98897-7016  
cejuscpaulista@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Petrolina**

(81) 3225-3541 / (81) 99968-6368  
cejuscpetrolina@trt6.jus.br

#### **CEJUSC - Recife**

(81) 99827-0103 / (81) 3232-4726  
cejuscrecife@trt6.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará):**

#### **CEJUSC de 2º Grau - Fortaleza**

(85) 3388-9430 / (85) 3388-9424  
cejusc2g@trt7.jus.br

#### **CEJUSC - Fortaleza**

(85) 3308-5815  
cejusc1g@trt7.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará/Amapá):**

#### **CEJUSC de 2º Grau - Belém**

(91) 4008-7138  
cejusc2grau@trt8.jus.br

#### **CEJUSC - Belém**

(91) 4008-7138  
cejusc.belem@trt8.jus.br

#### **CEJUSC - Macapá**

(96) 4009-6400  
cejusc.macapa@trt8.jus.br

#### **CEJUSC - Parauapebas**

(94) 3346-3894 / 8723  
cejusc.parauapebas@trt8.jus.br



## **Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná):**

### **CEJUSC de 2º Grau - Curitiba**

(41) 3310-7434 / (41) 99246-6968  
cejusc2@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Cascavel**

(45) 3411-4300, opção "0"  
cejusc1-csc@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Cataratas - Foz do Iguaçu**

(45) 2102-7800  
cejusc1-foz@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Cidade Alta - Ponta Grossa**

(42) 3311-5105  
cejusc1-apu@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Cidade Canção - Maringá**

(44) 3306-5202 / (44) 3306-5205  
cejusc1mga@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Curitiba**

(41) 3310-7141 / (41) 3310-7533  
cejusc1-cwb@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Litoral - Paranaguá**

(41) 2152-7902  
cejusc1-litoral@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Londrina**

(43) 3315-3805  
cejusc1-lda@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Ponta Grossa**

(42) 3311-5105  
cejusc1-pgo@trt9.jus.br

### **CEJUSC - São José dos Pinhais**

(41) 3358-2707  
cejusc1-sjp@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Toledo**

(45) 3421-6150  
cejusc1-too@trt9.jus.br

## **CEJUSC - Trópico de Capricórnio - Rolândia**

(43) 3311-3200 / (43) 3311-3223  
cejusc-tropico@trt9.jus.br

### **CEJUSC - Umuarama**

(43) 3361-3711  
cejusc1-umr@trt9.jus.br

## **Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal/Tocantins):**

### **CEJUSC de 2º Grau - Brasília**

(61) 3348-1115  
cejusc2grau@trt10.jus.br

### **CEJUSC - Araguaína**

(63) 99294-3825  
cejusc.araguaina@trt10.jus.br

### **CEJUSC - Brasília**

(61) 3348-1669 / (63) 3224-1555 / (63) 99296-0214  
cejusc.bsb@trt10.jus.br

### **CEJUSC - Palmas**

(63) 3224-1555 / (63) 99296-0214  
cejusc.palmas@trt10.jus.br

### **CEJUSC - Taguatinga**

(61) 3348-1007/1017 / (61) 99172-1625 / (61) 99102-3024  
cejusc.taguatinga@trt10.jus.br

## **Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas/Roraima):**

### **CEJUSC de 2º Grau - Manaus**

(92) 3627-2118  
audienciavirtual.cejusc2@trt11.jus.br

### **CEJUSC - Manaus**

(92) 3627-2118 / (92) 3627-2119 / (92) 3621-7269  
audienciavirtual.nupemec@trt11.jus.br

### **CEJUSC - Boa Vista**

(92) 3627-2118 / (92) 3627-2119 / (92) 3621-7269  
cejusc.boavista@trt11.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
12ª Região (Santa Catarina):**

**CEJUSC de 2º Grau -  
Florianópolis**

(48) 3216-4029/4398 / (48) 98833-7597  
cejusc2g@trt12.jus.br

**CEJUSC - Balneário Camboriú**

(48) 3216-4387  
cejuscbcu@trt12.jus.br

**CEJUSC - Blumenau**

(47) 3324-9003  
cejuscbnu@trt12.jus.br

**CEJUSC - Brusque**

(47) 3251-7206  
cejuscbqe@trt12.jus.br

**CEJUSC - Chapecó**

(49) 3312-7961  
cejusccco@trt12.jus.br

**CEJUSC - Criciúma**

(48) 3431-4806  
cejusccua@trt12.jus.br

**CEJUSC - Florianópolis**

(48) 3298-5689  
cejuscfln@trt12.jus.br

**CEJUSC - Itajaí**

(48) 3216-4234  
cejusciai@trt12.jus.br

**CEJUSC - Jaraguá do Sul**

(48) 3216-4494  
cejuscjgs@trt12.jus.br

**CEJUSC - Joinville**

(48) 3216-4468  
cejuscjve@trt12.jus.br

**CEJUSC - Lages**

(48) 3216-4216  
cejuscLgs@trt12.jus.br

**CEJUSC - Meio-Oeste - São José  
do Cedro**

(49) 3551-2260 / (47) 99134-1311  
cejuscmoes@trt12.jus.br

**CEJUSC - Rio do Sul**

(48) 3216-4446  
cejuscrls@trt12.jus.br

**CEJUSC - São José**

(48) 3216-4316  
cejuscsoo@trt12.jus.br

**CEJUSC - Tubarão**

(48) 3216-4163  
cejusctro@trt12.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
13ª Região (Paraíba):**

**CEJUSC de 2º Grau - João  
Pessoa**

(83) 3533-6205  
cejusc1@trt13.jus.br

**CEJUSC - João Pessoa**

(83) 3533-6460  
cejusc1@trt13.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
14ª Região (Rondônia/Acre):**

**CEJUSC de 2º Grau - Porto Velho**

(69) 3211-6425  
judiciaria2@trt14.jus.br

**CEJUSC - Porto Velho**

(69) 3218-6459  
cejusc.pvh@trt14.jus.br

**CEJUSC - Rio Branco**

(68) 3216-5634 / (68) 99608-7987  
cejusc.rbo@trt14.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
15ª Região (Campinas-SP):**

**CEJUSC de 2º Grau - Campinas**

(19) 3236-2100  
cejuscjt2@trt15.jus.br

**CEJUSC - Araçatuba**

(18) 3623-2244  
cejusc.aracatuba@trt15.jus.br

**CEJUSC - Araraquara**

(16) 3331-4251

cejusc.araraquara@trt15.jus.br

**CEJUSC - Bauru**

(14) 3203-3020 / (14) 98225-4550

cejusc.bauru@trt15.jus.br

**CEJUSC - Campinas**

(19) 3232-7997

cejusc.campinas@trt15.jus.br

**CEJUSC - Franca**

(16) 3721-6005

cejusc.franca@trt15.jus.br

**CEJUSC - Jundiaí**

(16) 3625-3016

cejusc.jundiai@trt15.jus.br

**CEJUSC - Limeira**

(19) 3453-4001

cejusc.limeira@trt15.jus.br

**CEJUSC - Piracicaba**

(19) 3415-3240

cejusc.piracicaba@trt15.jus.br

**CEJUSC - Presidente Prudente**

(18) 3222-1477

cejusc.pprudente@trt15.jus.br

**CEJUSC - Ribeirão Preto**

(16) 3625-3016

cejusc.ribpreto@trt15.jus.br

**CEJUSC - São José dos Campos**

(12) 3941-8640 R. 231

cejusc.sjcampos@trt15.jus.br

**CEJUSC - São José do Rio Preto**

(17) 3227-7040

cejusc.sjriopreto@trt15.jus.br

**CEJUSC - Sorocaba**

(15) 3228-1264

cejusc.sorocaba@trt15.jus.br

**CEJUSC - Taubaté**

(12) 3621-1007 / (12) 99177-2722

cejusc.taubate@trt15.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
16ª Região (Maranhão):****CEJUSC de 2º Grau - São Luís**

(98) 98432-1948 / (98) 2109-9525

cejusc2grau@trt16.jus.br

**CEJUSC - São Luís**

(98) 2109-9479 / (98) 98864-1081

cejusc@trt16.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
17ª Região (Espírito Santo):****CEJUSC de 2º Grau - Vitória**

(27) 3185-2035/2240

cejusc2@trt17.jus.br

**CEJUSC - Vitória**

(27) 3185-2035/2240

cejusc1@trt17.jus.br

**Tribunal Regional do Trabalho da  
18ª Região (Goiás):****CEJUSC de 2º Grau - Goiânia**

(62) 3222-5386 / 3222-5028

conciliacao.goiania@trt18.jus.br

**CEJUSC - Aparecida de Goiânia**

(62) 3222-4012 / (62) 3222-5951

conciliacao.aparecida@trt18.jus.br

**CEJUSC - Goiânia (Digital)**

(62) 3222-5676

conciliacao.digital@trt18.jus.br

**CEJUSC - Itumbiara**

(62) 3222-5969 / (62) 99229-6750

conciliacao.itumbiara@trt18.jus.br

**CEJUSC - Rio Verde**

(62) 3222-4093

conciliacao.rioverde@trt18.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Maceió**

(82) 2121-8148 / 2121-8309  
conciliar@trt19.jus.br

#### **CEJUSC – Maceió**

(82) 2121-8309 / (82) 2121-8148  
conciliar@trt19.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Sergipe):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Aracaju**

(79) 2105-8804/2105-8807 / (79)  
99191-3464  
cejusc2@trt20.jus.br

#### **CEJUSC – Aracaju**

(79) 2105-8807/2105-8537 / (79)  
98837-7717  
cejusc@trt20.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Rio Grande do Norte):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Natal**

(84) 4006-3109 / (84) 99383-0454  
cejusc-natal@trt21.jus.br

#### **CEJUSC – Natal**

(84) 4006-3109 / (84) 99383-0454  
cejusc-mossoro@trt21.jus.br

#### **CEJUSC – Mossoró**

(84) 99838-0080 / (84) 3422-3625  
cejusc-mossoro@trt21.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Piauí):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Teresina**

(86) 2106-9435  
cejusc2@trt22.jus.br

#### **CEJUSC – Teresina**

(86) 2106-9409  
cejusc1-teresina@trt22.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (Mato Grosso):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Cuiabá**

(65) 3648-4090/4097 / (65) 98164-8432  
cejusc2grau@trt23.jus.br

#### **CEJUSC – Cuiabá**

(65) 3648-4090/4097/4098 / (65)  
99223-9016  
cejusc@trt23.jus.br

### **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Mato Grosso do Sul):**

#### **CEJUSC de 2º Grau – Campo Grande**

(67) 3316-1715/1755  
cejusc2@trt24.jus.br

#### **CEJUSC – Campo Grande**

(67) 3316-1971 / (67) 3316-1976  
cejusc.cg@trt24.jus.br

#### **CEJUSC – Dourados**

(67) 2108-1856  
dourados\_vt2@trt24.jus.br

#### **CEJUSC – Três Lagoas**

(67) 3919-9941  
cejusc\_tlag@trt24.jus.br

**Os dados são constantemente atualizados no Portal da Conciliação.**



Acesse: [csit.ius.br/web/csit/conciliacao-trabalhista/cejuscs](http://csit.ius.br/web/csit/conciliacao-trabalhista/cejuscs)

# Normativos

**Código de Processo Civil** - O Código prevê os procedimentos de mediação e de conciliação, classificados como métodos de solução consensual de conflitos, e diz que eles devem ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial (CPC, artigo 1º, parágrafo 3º).

## **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT** (Decreto-lei 5.452/1943)

Art. 764 - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º - Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º - É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Art. 846 - Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação.

§ 1º - Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2º - Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo.

Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Parágrafo único - O Presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos vogais e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão que melhor atenda ao cumprimento da lei e ao justo equilíbrio entre os votos divergentes e ao interesse social.

**Resolução CNJ 125/2010** - Institui a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

**Resolução CSJT 174/2016** - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses na Justiça do Trabalho.

Art. 1º Para os fins desta resolução considera-se:

I - “Conciliação” é o meio adequado de resolução de disputas em que as partes confiam a uma terceira pessoa – magistrado ou servidor público por aquele sempre supervisionado –, a função de aproximá-las, empoderá-las e orientá-las na construção de um acordo quando a lide já está instaurada, com a criação ou proposta de opções para composição do litígio; (Redação dada pela Resolução CSJT n.º 252, de 22 de novembro de 2019)

II - “Mediação” é o meio adequado de resolução de disputas em que as partes confiam a uma terceira pessoa – magistrado ou servidor público por aquele sempre supervisionado – a função de aproximá-las, empoderá-las e orientá-las na construção de um acordo quando a lide já está instaurada, sem a criação ou proposta de opções para composição do litígio; (Redação dada pela Resolução CSJT n.º 252, de 22 de novembro de 2019)

**Resolução 288/2021 do CSJT** - Dispõe sobre a estruturação e os procedimentos dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho – CEJUSC/TST, altera a Resolução CSJT n.º 174/2016 e dá outras providências.

**Resolução 2398/2022** - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Apoio à Conciliação e Políticas Públicas (NACOPP-TST/CSJT) e transformação do Núcleo Permanente de Conciliação (NUPEC) em Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (CEJUSC/TST) do Tribunal Superior do Trabalho.

# Glossário

**Audiência de instrução e julgamento** - modalidade de audiência presidida por um (a) juiz (a), com a presença das partes, advogados e testemunhas para apresentação de provas.

**Balcão Virtual** - ferramenta de videoconferência permanente que garante o atendimento a advogados e partes de processos, em cada unidade judiciária, durante o horário de atendimento ao público.

**Homologar** - validar ou confirmar algo.

**Petição inicial** - requerimento que apresenta os fatos relacionados a um conflito e dá início ao processo.

**Preposto** - pessoa que representa uma empresa, entidade ou negócio.

**Reclamação Trabalhista** - nome dado à peça inicial que o reclamante entrega à Justiça do Trabalho para resolver uma questão referente à sua relação de trabalho. Também pode se referir ao processo que resulta do encaminhamento dessa peça.

**Reclamante** - autor da reclamação trabalhista, aquele que propõe a ação. Geralmente é o empregado.

**Reclamado** - parte em face da qual o reclamante propõe a reclamação trabalhista. Geralmente é a empregadora.



# Expediente

**Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga**

Presidente do TST e do CSJT

**Ministro Mauricio Godinho Delgado**

Vice-Presidente do TST e do CSJT

**Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

**Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão**

Membro da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação (Conaproc)

**Dr. Bruno Alves Rodrigues**

Juiz-auxiliar da Vice-Presidência do TST

**Dra. Roberta de Melo Carvalho**

Juiza-auxiliar da Vice-Presidência do TST

**Dra. Flávia Cristina Rossi Dutra**

Juiza-auxiliar da Vice-Presidência do CSJT

**Redação:** Roberta de Melo Carvalho, Laísa Brito e Carolina Furtado

**Edição:** Alessandro Jacó de Almeida e Carmem Feijó

**Supervisão:** Alessandro Jacó Almeida e Dirceu Arcoverde

**Direção Editorial:** Luísa Torres e Thais de Sá Gomes

**Projeto Gráfico:** Amanda Lacerda

**Diagramação:** Vinicius Aquino

**Revisão:** Carmem Feijó

**Revisão Jurídica:** Roberta de Melo Carvalho

**Conciliação Trabalhista - Um guia para conciliar o seu processo**

4ª edição (maio de 2025)

**Permitida a reprodução desde que citada a fonte**

Autoria: Secretaria de Comunicação Social do TST

(61) 3043-4907 / [secom@tst.jus.br](mailto:secom@tst.jus.br)





**CONCILIAR  
PRESERVA**

TEMPO

RECURSOS

RELAÇÕES



**Conciliação  
TRABALHISTA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**